

## Problemas externalizantes e agressividade infantil: uma revisão de estudos brasileiros

Taiane Lins<sup>I</sup>

Patrícia Alvarenga<sup>II</sup>

Catiele Paixão<sup>III</sup>

Eliana Almeida<sup>IV</sup>

Heloneida Costa<sup>V</sup>

---

Problemas externalizantes e agressividade infantil: uma revisão de estudos brasileiros

### Resumo

Problemas externalizantes e agressividade podem levar a dificuldades de adaptação e sofrimento na infância e em fases posteriores. Diversos fatores têm sido relacionados a esses padrões de comportamento. Realizou-se levantamento bibliográfico de artigos completos publicados no Brasil referidos a estudos empíricos brasileiros, de 2000 a 2010, nas bases de dados SciELO Brasil, PePSIC, LILACS, IndexPsi e MEDLINE. Os resultados apresentados nos 30 artigos selecionados foram analisados em sete categorias: práticas educativas e habilidades parentais; características familiares; características infantis; exposição a modelos de comportamento violento; programas de intervenção parental; queixas externalizantes; e outros. Conclui-se que esses estudos têm contribuído para a identificação de preditores dos problemas externalizantes/agressividade infantil, investigando, sobretudo, fatores relacionados às características infantis e às práticas educativas parentais.

**Palavras-chave:** Problemas externalizantes; Agressividade; Comportamento antissocial.

---

Externalizing problems and child aggressiveness: a review of Brazilian studies

## **Abstract**

Externalizing problems and aggression can lead to difficulties adjustment and suffering during childhood and in later stages, and several factors have been related to these patterns of behavior. This article analyses the findings of Brazilian empirical studies about these issues. A bibliographical survey of complete articles published in Brazil from 2000 to 2010, in the following databases: SciELO Brazil, PePSIC, LILACS, IndexPsi and MEDLINE was conducted. The results presented in the 30 selected articles were analyzed in seven categories: parenting practices and parental social skills; family characteristics; child characteristics, especially gender; exposure to violent role models; parental intervention programs; externalizing complaints and others. The conclusion is that Brazilian studies have contributed to the identification of predictors of externalizing problems/child aggressiveness, investigating, especially factors related to infants characteristics and parenting practices.

**Keywords:** Externalizing problems; Aggressiveness; Antisocial behavior.

---

Problemas de exteriorizar y de agresividad infantil: una revisión de estudios brasileños

## **Resumen**

Problemas de exteriorizar conductas y de agresividad pueden conducir a dificultades de adaptación y sufrimiento en la infancia y en las etapas posteriores. Varios factores se han vinculado a estos patrones de comportamiento. Se realizó estudio bibliográfico de artículos completos publicados en Brasil que se refieren a estudios empíricos brasileños, de 2000 a 2010, en las bases de datos SciELO Brasil, PePSIC, LILACS, IndexPsi y MEDLINE. Se evaluaron los resultados presentados en 30 artículos seleccionados en siete categorías: prácticas educativas y habilidades parentales; características familiares; características de los niños; exposición a modelos de comportamiento violento; programas de intervención de los padres; exteriorización de quejas y otros. Se concluye que estos estudios han contribuido a la identificación de predictores de problemas de exteriorización/agresividad infantil, investigando, principalmente, factores relacionados con características infantiles y prácticas educativas de los padres.

**Palabras-clave:** Problemas de exteriorizar; Agresividad; Comportamiento antisocial.

---

Os problemas externalizantes constituem importante foco de pesquisas em psicopatologia da infância. Em geral, são considerados indicadores iniciais do comportamento antissocial infantil e podem evoluir para transtornos mentais, como o Transtorno de Conduta, o Transtorno Desafiador Opositivo e o Transtorno de Personalidade Antissocial (APA, 2002). Tais problemas envolvem queixas de agressividade, impulsividade, problemas de atenção e delinquência (Lambert, Wahler, Andrade, & Bickman, 2001; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini, & Hutz, 2005) e compõem a definição operacional de problemas emocionais e comportamentais, ao

lado dos problemas internalizantes. Ambos foram constatados em análises multivariadas de itens sobre problemas comportamentais e emocionais realizadas por Achenbach e colaboradores (Achenbach, 1966; Achenbach & Eldebrock, 1978; Achenbach & Rescorla, 2000). Atualmente, o Sistema Achenbach de Avaliação Baseada em Evidências (ASEBA) conta com diversos instrumentos para avaliação desses problemas em diferentes faixas etárias, assim como há versões para serem respondidas por múltiplos informantes, como pais, professores e o próprio indivíduo.

Segundo Achenbach e Rescorla (2000), os problemas externalizantes são manifestações comportamentais que se voltam contra o ambiente. Por essa característica, as dificuldades externalizantes podem ser mais facilmente identificadas por observadores externos, como pais, professores ou cuidadores. Contudo, a associação dos problemas externalizantes a prejuízos para o ambiente parece ser limitada, visto que alguns achados têm apontado para suas repercussões sobre o bem-estar emocional da criança. Chen et al. (2003) verificaram que os problemas externalizantes aos 12 anos foram preditores da depressão ( $p < 0,01$ ) aos 14 anos e estiveram negativamente relacionados à percepção de autoestima ( $p < 0,01$ ). Keiley, Lofthouse, Bates, Dodge e Pettit (2003), por exemplo, especulam que talvez mães de crianças que apresentam comportamentos inadequados, como a agressividade, percebam que os filhos apresentam ansiedade e tristeza provavelmente em decorrência da falta de habilidade para controlar o próprio comportamento.

Outro ponto a ser considerado sobre os problemas externalizantes refere-se às suas associações com o comportamento antissocial. De acordo com a proposta de Patterson, Reid e Dishion (1992), que fundamenta este estudo, a conduta antissocial é adquirida na infância, a partir das interações sociais estabelecidas entre a criança e seu meio, especialmente com os familiares, e está sujeita a modificações, devido tanto ao desenvolvimento da criança quanto ao surgimento de novas demandas do ambiente no qual está inserida. Muitas vezes os termos antissocial e problemas externalizantes têm sido considerados sinônimos, devido a semelhanças importantes entre as duas condições (Pacheco et al., 2005). Uma dessas semelhanças seria a natureza compartilhada entre a conduta antissocial e alguns dos principais marcadores dos problemas externalizantes, como agressividade e comportamento delinquente, que estariam associadas à maximização de gratificações e à evitação de demandas dos contextos sociais (Patterson et al., 1992). Porém, esses termos apresentam algumas distinções conceituais. Por exemplo, Shaw e Winslow (1997) fazem uma diferenciação entre eles com base no nível de severidade atribuído. Assim, para eles, problemas externalizantes constituem formas mais brandas de problemas comportamentais relacionados à conduta antissocial, e por isso esta é a expressão por eles utilizada para se referirem a crianças com idades até cinco anos que apresentam esse padrão comportamental. Já a expressão comportamento antissocial seria mais apropriada quando se observa maior estabilidade do comportamento agressivo. Além disso, é importante destacar que os problemas externalizantes envolvem problemas de atenção e hiperatividade. Nesse sentido, Liu (2004) enfatiza outra diferença entre as duas expressões, visto que crianças hiperativas podem ou não apresentar indicadores de conduta antissocial.

De modo geral, os problemas externalizantes apresentam elevada prevalência em comparação a outras dificuldades comportamentais. Anselmi, Piccinini, Barros e Lopes (2004), em um estudo longitudinal sobre problemas de comportamentos em pré-escolares, encontraram uma prevalência de 31,8% para os problemas externalizantes. O estudo desenvolvido por Samarakkody, Fernando, McClure, Perera e Silva (2012), no Sri Lanka, verificou uma prevalência de 19,2% em crianças de quatro a seis anos.

Na Austrália, a prevalência foi de 12,9% (Sawyer et al., 2001), muito inferior às outras taxas, em especial à verificada no Brasil.

Esses achados podem ser reflexos de diferenças culturais, pois, como sugerem Chen et al. (2003), a cultura pode constituir tanto um importante preditor quanto um meio de interpretação dos desajustes comportamentais. Contudo, é necessário pensar também nas diferenças entre os tipos de problemas comportamentais, pois, em geral, mães, outros cuidadores ou professores são mais sensíveis aos comportamentos facilmente observáveis e que causam algum tipo de desconforto no ambiente, o que ocorre no caso dos externalizantes. Dessa forma, pode haver uma maior preocupação em relação a essas dificuldades, em comparação com os problemas internalizantes (ex: ansiedade, depressão e retraimento), que, por não representarem um grande incômodo ao entorno social, podem receber menos atenção. Além das diferenças contextuais e das variações de topografia dos problemas comportamentais, Anselmi et al. (2004) sugerem que a prevalência encontrada pode ser decorrente da faixa etária estudada, pois comportamentos típicos dessa fase, como agressividade e desobediência, decorrentes de uma busca por autonomia por parte das crianças, podem ser confundidos com problemas externalizantes. Isso pode explicar também a diferença entre esse estudo e o de Sawyer et al. (2001), visto que a pesquisa australiana avaliou problemas comportamentais em crianças e em adolescentes até 17 anos. Assim, o próprio desenvolvimento infantil, incluindo a transição para a adolescência, pode exercer influência na manutenção ou no declínio dos problemas externalizantes. A redução dos problemas externalizantes e da agressividade ao longo do desenvolvimento foi um dos achados de Bongers, Koot, van der Ende e Verhulst (2003) e de Leve, Kim e Pears (2005).

De acordo com Olson, Bates, Sandy e Lanthier (2000), o desenvolvimento e a manutenção de problemas comportamentais estão associados a múltiplos fatores, que se influenciam reciprocamente. Entretanto, os principais preditores apontados pela literatura têm sido características individuais, como temperamento e gênero, e características ambientais, como o impacto da cultura e de eventos de vida estressantes, entre eles o baixo nível socioeconômico e a rejeição de pares (Keiley et al., 2003). Além desses fatores, há uma ênfase sobre características familiares, em especial, práticas educativas parentais na presença de psicopatologia parental, entre outras, depressão materna e fatores como responsividade materna, monoparentalidade, conflitos conjugais (Keiley et al., 2003; Leve et al., 2005; Samarakkody et al., 2012). O impacto da genética também tem sido destacado por pesquisas realizadas com famílias que possuem filhos adotados e com famílias com gêmeos monozigóticos e dizigóticos (Leve et al., 2010; van der Valk, van den Oord, Verhulst, & Boomsma, 2003). Van der Valk et al. (2003) identificaram que a herança genética se constituiu como o principal fator de risco, explicando 55% ( $r = 0,54$ ) da estabilidade dos problemas externalizantes, enquanto influências ambientais compartilhadas pelas crianças que crescem juntas, na mesma família – por exemplo, as práticas educativas parentais e a condição socioeconômica –, explicaram 37% da estabilidade dos problemas externalizantes. Por fim, as influências ambientais não compartilhadas, aquelas que afetam diferentemente crianças criadas em uma mesma família, como acidentes, tratamento parental diferente ou grupo de pares, explicaram apenas 8% da estabilidade dos problemas externalizantes. No entanto, há estudos que não confirmam a hipótese da herança genética. Leve et al. (2010), por exemplo, encontraram uma maior influência de fatores ambientais, como o estado afetivo da mãe adotiva, que moderou o risco genético para problemas externalizantes.

O papel da família como preditor dos comportamentos externalizantes se tornou mais evidente com o Modelo de Coerção proposto por Patterson et al. (1992) para explicar o desenvolvimento do comportamento antissocial. De acordo com tal modelo, esse comportamento começa a se desenvolver na infância, sendo resultante de interações familiares, as quais reforçam e mantêm o comportamento antissocial. Além disso, esse modelo considera a influência do contexto em que a família está inserida e das características individuais de cada um dos membros sobre as interações familiares e, conseqüentemente, sobre o padrão antissocial.

A literatura indica que problemas externalizantes possuem natureza complexa e podem prejudicar o desenvolvimento infantil, nas esferas social, emocional e cognitiva (Chen et al., 2003), podendo se estender para outras fases do desenvolvimento, culminando no surgimento de psicopatologias mais severas. Considerando a importância desse fenômeno e a influência de possíveis variáveis culturais mediadoras ou moderadoras que podem repercutir na expressão dos problemas externalizantes, o objetivo do presente estudo foi analisar quais fatores têm sido pesquisados e associados aos problemas externalizantes e à agressividade infantil em estudos empíricos brasileiros. Esses artigos foram agrupados de acordo com as variáveis investigadas, e os principais resultados foram apresentados e discutidos à luz da literatura internacional sobre essa temática.

## **Método**

Os artigos revisados foram selecionados a partir de um levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* – Brasil (SciELO Brasil), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Index Psi Periódicos (IndexPsi) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE). Para esse levantamento, foram utilizadas cinco palavras-chave relevantes para o tema, de acordo com a literatura: externalizantes, externalizáveis, externalização, agressão e agressividade. Como critério de inclusão, todos os artigos deveriam ser empíricos, constituir trabalhos completos e ser publicados no Brasil entre 2000 e 2010.

Além disso, os artigos deveriam apresentar resultados específicos para problemas de comportamento externalizantes ou para agressividade. Assim, os que não apresentavam tais resultados, como os que investigaram “problemas de comportamento” sem deixar claro o tipo de comportamento avaliado, bem como estudos que apresentavam resultados sem diferenciação entre crianças e adolescentes, foram excluídos das análises. Por fim, as crianças que participaram direta ou indiretamente deveriam ter no máximo 12 anos de idade, pois o objetivo do estudo foi identificar as principais variáveis relacionadas aos problemas externalizantes e à agressividade em crianças. A participação indireta se refere aos casos nos quais a avaliação dos problemas externalizantes foi feita por pais, professores ou outros informantes, sem que as crianças fizessem parte da amostra.

Após a leitura dos resumos ou, quando necessário, da seção de resultados dos artigos encontrados, 30 foram selecionados. Após essa seleção, foi realizada uma leitura sistemática para síntese das informações relacionadas aos objetivos, participantes, instrumentos, resultados e conclusões de cada um dos estudos. Posteriormente, foi feita uma caracterização com base nos periódicos nos quais foram publicados, nos participantes diretos, nas técnicas de coleta de dados e nos instrumentos utilizados para a investigação dos problemas externalizantes/agressividade. Finalmente, uma

categorização dos resultados dos estudos revisados foi realizada por três juízes independentes, para identificação dos principais temas investigados na produção nacional, entre 2000 e 2010, em relação aos problemas externalizantes/agressividade. A categorização levou em consideração os resultados que estabeleciam alguma ligação entre problemas externalizantes/agressividade e qualquer outra variável investigada pelos estudos. Assim, toda variável avaliada em relação aos problemas externalizantes/agressividade foi agrupada, de acordo com a sua temática, em uma categoria. Após a finalização desses agrupamentos em eixos temáticos, os juízes atribuíram nomes às categorias. É importante salientar que, como alguns estudos investigam diferentes variáveis, um mesmo artigo pode ter sido alocado em diferentes categorias.

## **Resultados**

De acordo com os critérios adotados, foram analisados 30 estudos nacionais. Desses, nove foram publicados na revista *Psicologia: Reflexão e Crítica*, enquanto as revistas *Interação em Psicologia*, *Psicologia em Estudo*, *Paidéia* e *Contextos Clínicos* foram responsáveis pela publicação de três artigos cada. Na *Aletheia* e na *Estudos de Psicologia (Campinas)*, foram publicados dois e outros cinco na *Estudos de Psicologia (Natal)*, *Psico-USF*, *Psicologia: Ciência e Profissão*, *Psikhê* e *Psicologia Escolar e Educacional*. É possível que a revista *Psicologia: Reflexão e Crítica* reúna a maior parte dos artigos revisados no presente estudo, por priorizar a *Psicologia do Desenvolvimento* em seu perfil editorial, enquanto as outras revistas possuem um caráter mais generalista. Foi possível constatar que 20 estudos foram publicados entre 2005 e 2010, enquanto apenas dez foram publicados de 2000 a 2004, o que pode indicar um aumento do interesse dos pesquisadores brasileiros em investigar os problemas comportamentais na infância.

Em relação aos participantes, verificou-se que as mães participaram diretamente em 22 dos 30 estudos, enquanto as crianças participaram em 17, os professores em oito, os pais em cinco e outros cuidadores, como avós e padrastos, em quatro. Quanto ao tipo de técnicas de coletas de dados, verificou-se que em 24 artigos foram utilizadas combinações de técnicas, como, por exemplo, entrevista e questionário ou observação e entrevista. Nos outros seis, os pesquisadores utilizaram só uma técnica, como a entrevista, a observação ou a aplicação de algum instrumento padronizado. Houve uma tentativa de criar uma categoria para classificar o referencial teórico dos artigos revisados, mas isso não foi possível, visto que a maior parte dos estudos não deixa clara a abordagem teórica adotada. Porém, no que se refere ao referencial adotado para os problemas externalizantes/agressividade e comportamento antissocial, há um claro predomínio da proposta de Achenbach (Achenbach, 1991, 2001; Achenbach & Rescorla, 2000) e do modelo de Patterson et al. (1992). Assim, para a investigação dos problemas externalizantes/agressividade, em 19 dos 30 estudos analisados, foram aplicados instrumentos padronizados, sendo que 12 estudos utilizaram instrumentos do Sistema Achenbach de Avaliação Baseada em Evidências (ASEBA) e cinco utilizaram versões para pais e/ou professores das Escalas de Comportamento Infantil de Rutter. A seguir, são apresentadas as sete categorias criadas, pelos três juízes, com base na aproximação dos temas de investigação para a análise e discussão dos resultados dos estudos revisados: práticas educativas e habilidades sociais parentais, características infantis, características familiares, exposição a modelos de comportamento violento, programas de intervenção parental, queixas externalizantes e outros. A tabela a seguir apresenta as categorias nas quais os artigos selecionados foram agrupados e os respectivos autores e ano de publicação.

Tabela

Categorias nas quais os artigos foram agrupados, autores e ano de publicação dos artigos

Categorias	Autores/ano
Práticas educativas e habilidades sociais parentais	Alvarenga e Piccinini (2001, 2003, 2007, 2009) Boas e Bolsoni-Silva (2010) Cia, Pamplin e Del Prette (2006) Dessen e Szelbracikowski (2004, 2006) Leme e Bolsoni-Silva (2010a, 2010b) Marin e Piccinini (2007) Oliveira et al. (2002) Vieira, Mendes e Guimarães (2010)
Características familiares	Alvarenga e Piccinini (2003) Dessen e Szelbracikowski (2006) Marin e Piccinini (2007) Marturano, Toller e Elias (2005) Oliveira et al. (2002)
Características infantis	Alvarenga e Piccinini (2007) Batista, Fukahori e Haydu (2004) Bolsoni-Silva, Marturano e Manfrinato (2005) Dessen e Szelbracikowski (2006) Figueiredo e Schermann (2001) Gomide (2000) Leme e Bolsoni-Silva (2010b) Linhares, Chimello, Bordin, Carvalho e Martinez (2005) Lisboa et al. (2002) Marturano et al. (2005) Oliveira et al. (2002) Pavarino, Del Prette e Del Prette (2005) Sisto e Fernandes (2004)
Queixas externalizantes	Cavalini, Telles, Aribi, Wanderley e Cardoso (2002) Leme e Bolsoni-Silva (2010a) Moura, Marinho-Casanova, Meurer e Campana (2008) Pavarino et al. (2005) Picado e Rose (2009) Sisto e Fernandes (2004)
Exposição a modelos de comportamento violento	Batista et al. (2004) Gomide (2000) Lisboa et al. (2002) Maldonado e Williams (2005) Vieira et al. (2010)
Programas de intervenção parental	Bolsoni-Silva, Silveira e Ribeiro (2008) Fernandes, Luiz, Miyazaki e Marques Filho (2009) Lambertucci e Carvalho (2008)
Outros	Borsa e Nunes (2008) Oliveira et al. (2002) Sisto e Fernandes (2004)

### Práticas educativas e habilidades sociais parentais

Nesta categoria, foram incluídos 13 estudos, cujos resultados se referiam a impactos ou ausência de relação entre as práticas educativas e habilidades sociais parentais e problemas externalizantes/agressividade. Dois estudos não encontraram relações significativas entre essas variáveis (Alvarenga & Piccinini, 2003, 2007), assim como no de Marin e Piccinini (2007) não houve diferenças entre as práticas educativas de mães solteiras e casadas em relação aos problemas externalizantes de pré-escolares. Alvarenga e Piccinini (2007) também encontraram que a responsividade materna não explica a ocorrência de problemas externalizantes/agressividade. Para análise mais acurada desses achados, esta categoria foi dividida em duas subcategorias: práticas coercitivas e práticas não coercitivas.

Nove estudos encontraram relações entre práticas educativas coercitivas e problemas externalizantes/agressividade. Essas práticas foram caracterizadas pelo uso frequente de agressões físicas e verbais, do controle ambíguo e do controle coercitivo. Além das práticas coercitivas, também foram encontradas relações com estratégias intrusivas e permissivas. É importante ressaltar que nesses estudos as práticas educativas coercitivas estiveram relacionadas à presença de problemas externalizantes/agressividade (Alvarenga & Piccinini, 2001, 2007, 2009; Leme & Bolsoni-Silva, 2010a, 2010b; Oliveira et al., 2002; Vieira, Mendes & Guimarães, 2010). Outros estudos que acompanharam amostras de crianças que já apresentavam padrão de comportamento externalizante, segundo avaliação das professoras, verificaram uso mais frequente de práticas educativas punitivas por parte dos pais (Dessen & Szelbracikowski, 2004, 2006). Esses achados indicam o caráter prejudicial dessas estratégias disciplinares para o desenvolvimento pleno das crianças.

A subcategoria práticas educativas não coercitivas, por sua vez, foi encontrada em seis artigos cujos resultados se referiam a algum tipo de relação entre as práticas educativas consideradas facilitadoras do desenvolvimento infantil e os problemas externalizantes/agressividade. Contrário ao esperado, práticas como a orientação e o controle assertivo, nos estudos de Alvarenga e Piccinini (2007, 2009), foram positivamente associadas aos problemas externalizantes/agressividade. Além dessas práticas, as habilidades sociais parentais, a comunicação materna, a participação paterna em atividades escolares, de lazer e culturais (Cia et al., 2006; Leme & Bolsoni-Silva, 2010a, 2010b) e o estabelecimento de limites (Boas & Bolsoni-Silva, 2010) foram também relacionados aos problemas externalizantes/agressividade. Dessas variáveis, apenas a participação paterna esteve positivamente relacionada a problemas externalizantes/agressividade dos filhos. Para as outras variáveis, a relação foi negativa, o que indica que habilidades sociais parentais, comunicação das mães com filhos e estabelecimento de limites aos comportamentos infantis estão relacionados a menores escores de problemas externalizantes/agressividade.

### Características infantis

Esta categoria foi encontrada em 13 estudos que apresentaram resultados referentes à existência ou não de relação entre problemas externalizantes/agressividade e alguma característica da criança. Desse total, oito investigaram a influência do sexo da criança sobre a manifestação dos problemas externalizantes/agressividade. Os estudos realizados por Batista, Fukahori e Haydu (2004), Bolsoni-Silva, Marturano e Manfrinato (2005), Oliveira et al. (2002) e Pavarino, A. Del Prette e Z. A. P. Del Prette (2005) não encontraram diferenças entre meninos e meninas associadas à presença de problemas



externalizantes/agressividade. Por outro lado, quatro estudos verificaram algum tipo de diferença. De acordo com esses achados, os meninos foram mais agressivos após assistirem um filme violento (Gomide, 2000) e utilizaram mais frequentemente a agressão física, enquanto as meninas adotaram com maior frequência a agressão verbal (Lisboa et al., 2002). Além disso, Sisto e Fernandes (2004) verificaram que os meninos cometeram mais erros e apresentaram maior dificuldade linguística que as meninas, como também tiveram índices de agressividade mais altos. Entretanto, para alunos da quarta série, foi encontrada uma correlação positiva para as meninas. Além disso, para os meninos foi encontrado um resultado interessante e, segundo os autores, não observado na literatura, visto que houve uma correlação negativa, indicando que conforme aumentavam os erros linguísticos, diminuía a agressividade escolar. Apesar de não ter sido encontrada diferença de gênero em relação aos problemas externalizantes/agressividade, Marturano, Toller e Elias (2005) identificaram uma correlação positiva, para os meninos, entre eventos adversos, como separação dos pais, casamento de um dos pais, abandono da família por um dos pais e mudança de cidade e os problemas externalizantes/agressividade. Já para as meninas houve correlação positiva desses problemas comportamentais com o acréscimo de um terceiro adulto à família, piora no relacionamento com amigos, mudança de escola e total de eventos adversos passados e recentes.

Também não foram encontradas relações significativas entre problemas externalizantes/agressividade e doença crônica infantil, como o hipotireoidismo congênito (Figueiredo & Schermann, 2001) e o fato de a criança ter nascido a termo ou pré-termo (Linhares, Chimello, Bordin, Carvalho, & Martinez, 2005). Por outro lado, crianças que apresentavam problemas externalizantes/agressividade foram avaliadas como menos habilidosas socialmente (Leme & Bolsoni-Silva, 2010a, 2010b). Apenas Alvarenga e Piccinini (2007) avaliaram a influência do temperamento infantil sobre os problemas externalizantes/agressividade e encontraram uma correlação negativa com a dimensão adaptabilidade. Por fim, no estudo de Dessen e Szelbrackowski (2006), a prontidão para a alfabetização exerceu influência sobre os problemas externalizantes/agressividade.

#### Características familiares

Esta categoria foi verificada em cinco estudos, os quais se referiam a alguma relação entre características da família, como escolaridade e estado civil dos genitores, nível socioeconômico familiar, atitude conjugal conflituosa ou uso de entorpecentes e problemas externalizantes/agressividade. Apenas Marin e Piccinini (2007) não encontraram uma relação significativa entre a característica familiar avaliada (estado civil materno) e os problemas externalizantes/agressividade. Dessen e Szelbrackowski (2006) verificaram que o baixo nível socioeconômico esteve relacionado diretamente aos problemas externalizantes da criança, assim como a baixa escolaridade dos genitores. Esse último resultado também foi encontrado por Alvarenga e Piccinini (2003). Oliveira et al. (2002) constataram que a atitude conjugal conflituosa seria um fator de risco para os problemas externalizantes de crianças. Sobre o uso de entorpecentes por um dos pais, Marturano et al. (2005) encontraram relação significativa com problemas externalizantes/agressividade para filhos e filhas.

#### Exposição a modelos de comportamento violento

Dos 30 estudos revisados, apenas cinco foram alocados nesta categoria. Foram observadas correlações positivas entre a exposição da criança a modelos de

comportamentos violentos e os problemas externalizantes e/ou agressividade. Assim, assistir a filmes ou programas de televisão com conteúdo violento esteve positivamente relacionado aos problemas externalizantes e à agressividade infantil (Batista et al., 2004; Gomide, 2000; Vieira et al., 2010). Do mesmo modo, presenciar violência no ambiente doméstico se relacionou com os níveis de problemas externalizantes/agressividade, ou seja, as crianças, que nesses estudos relataram algum tipo de violência doméstica tiveram maiores índices de problemas de comportamento externalizantes/agressividade (Lisboa et al., 2002; Maldonado & Williams, 2005; Vieira et al., 2010).

#### Programas de intervenção parental

Nesta categoria, foram incluídos apenas três estudos, os quais buscavam avaliar o efeito de intervenções que tinham o objetivo de orientar ou treinar os pais em algumas condições específicas sobre os comportamentos das crianças e dos próprios pais. Fernandes, Luiz, Miyazaki e Marques Filho (2009) examinaram os efeitos do seu programa com pais de crianças que apresentavam transtorno psiquiátrico, enquanto Lambertucci e Carvalho (2008) buscaram avaliar um treinamento com pais de uma comunidade carente. Por fim, Bolsoni-Silva, Silveira e Ribeiro (2008) objetivaram desenvolver habilidades sociais educativas parentais e avaliar seus efeitos nos níveis de problemas externalizantes/agressividade em crianças. Após a participação dos pais ou cuidadores nas intervenções, foram observadas reduções significativas nos indicadores de problemas externalizantes nos três estudos. Houve também um aumento na frequência de habilidades sociais educativas parentais, o que possibilitou aumento de respostas socialmente habilidosas das crianças. Contudo, após 60 dias, Fernandes et al. (2009) observaram um aumento significativo dos indicadores de problemas externalizantes.

#### Queixas externalizantes

Esta categoria foi composta por seis estudos, que apresentaram resultados relativos à predominância ou não de queixas externalizantes, em especial o comportamento agressivo, nos relatos de pais ou cuidadores e professores ou através de avaliação direta do comportamento infantil pelos pesquisadores. De acordo com essas investigações, há um predomínio de queixas externalizantes, em especial de comportamento agressivo, em atendimento clínico (Cavalini, Telles, Aribi, Wanderley, & Cardoso, 2002; Moura, Marinho-Casanova, Meurer, & Campana, 2008), no ambiente escolar (Picado & Rose, 2009) e segundo o relato materno (Leme & Bolsoni-Silva, 2010a). Por outro lado, Pavarino et al. (2005) não encontraram diferenças entre as frequências de comportamentos empáticos e agressivos, em crianças de quatro a seis anos, apenas uma maior tendência para o aumento dos comportamentos empáticos e redução dos comportamentos agressivos. Por fim, houve uma tendência de as crianças apresentarem poucas condutas agressivas no meio familiar (Sisto & Fernandes, 2004).

#### Outros

Nesta categoria, foram incluídos achados específicos de três estudos, cujas temáticas não se aproximavam das demais categorias propostas para a análise dos resultados dos 30 estudos. Borsa e Nunes (2008) verificaram que houve uma concordância moderada entre pais e mães em relação aos problemas externalizantes dos filhos. Já Oliveira et al. (2002) verificaram que o fato da escola ser pública ou privada não se relacionou significativamente aos problemas externalizantes/agressividade. Por fim,

Sisto e Fernandes (2004) constataram que o aumento de erros na escrita correspondeu a um aumento nos níveis de agressividade no contexto escolar.

## **Discussão**

O objetivo deste estudo foi analisar os fatores que têm sido avaliados e associados a problemas externalizantes na literatura empírica brasileira dos últimos dez anos. Inicialmente, destaca-se a participação direta das mães em quase todas as 30 investigações, em detrimento de outros informantes, como, por exemplo, os pais. Uma explicação pode ser a maior disponibilidade e facilidade de acesso às mães, em comparação aos pais. Segundo Fleck e Wagner (2003), a estrutura familiar brasileira, embora venha se modificando, ainda funciona de acordo com o modelo tradicional de conceber e representar suas relações, o qual prevê funções específicas, tendo o pai como provedor e a mãe como cuidadora do lar. Outra possível justificativa pode ser encontrada na própria história da psicologia, a qual deu ênfase à interação mãe-criança como a díade primordial nas pesquisas sobre desenvolvimento (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof, & Abreu, 2006). Essa predominância da participação da mãe como único informante pode gerar vieses nos resultados, principalmente quando a mãe apresenta algum problema psicopatológico, como depressão ou nível de estresse elevado. Nesses casos, é provável que as participantes tenham uma percepção distorcida dos comportamentos infantis (Ramos & Furtado, 2007). Já nos estudos internacionais, parece ser mais comum o uso de múltiplos informantes, como mãe, pai e professores, em comparação aos estudos brasileiros (Gryczkowski, Jordan & Mercer, 2009; Keiley et al., 2003; Lambert et al., 2001; Leve et al., 2010).

Em geral, a análise dessa produção demonstra que os principais fatores pesquisados em relação aos problemas externalizantes/agressividade estão relacionados a características infantis e às práticas educativas parentais, visto que essas foram as categorias de maior ocorrência. Dentre as características infantis, o sexo das crianças teve destaque se for considerado o número de estudos que buscou investigar possíveis diferenças entre meninos e meninas quanto à manifestação dos problemas externalizantes/agressividade. Contudo, a maioria deles não encontrou diferenças significativas. De acordo com a literatura internacional, as meninas teriam maior tendência a apresentar problemas internalizantes, enquanto os meninos tenderiam a apresentar mais problemas externalizantes (Breslow, Klinger & Erickson, 1999; Eley, Lichenstein & Stevenson, 1999; Storvoll & Wichstrom, 2002; Tremblay, 2000). No estudo de Rubin, Burgess, Dwyer e Hastings (2003), por exemplo, os meninos apresentaram mais comportamentos agressivos aos dois anos ( $t(100) = 2.73, p < 0,01$ ) e mais problemas externalizantes aos quatro anos ( $t(71.48) = 4.14, p < 0,01$ ), em comparação às meninas. Outros, por outro lado, não encontraram tais relações (Furniss, Beyer & Guggenmos, 2006; Olson et al., 2000). Assim, pode-se concluir que o sexo se constitui como uma importante variável a ser investigada, mas não de modo isolado, devendo-se levar em consideração outros fatores que podem atuar aumentando ou diminuindo a possibilidade de influência do sexo sobre problemas comportamentais. Um desses fatores pode ser a cultura, visto que grupos sociais podem reforçar determinados comportamentos em meninas, mas não em meninos.

Nesse sentido, Wangby, Bergman e Magnusson (1999) constataram que a estabilidade e a evolução dos problemas externalizantes/agressividade são também preocupantes no caso das meninas, já que esses comportamentos se constituem como possíveis preditores de outros problemas na vida adulta, como a criminalidade, o abuso de substâncias e problemas de saúde mental. Assim, é necessário investigar e intervir

sobre tais problemas, precocemente, tanto em meninos quanto em meninas. Apesar de a maioria dos artigos revisados, que investigaram a influência do sexo da criança, não terem encontrado diferenças significativas, com eles foi possível a identificação de fatores que contribuem para o desenvolvimento de comportamentos externalizantes/agressividade em meninos e meninas de forma diferenciada.

Outro resultado que chama atenção quanto às características infantis refere-se ao fato de apenas um estudo ter examinado a influência do temperamento sobre os problemas externalizantes/agressividade. Conforme Sanson, Letcher, Smart e Prior (2008), o temperamento tem sido apontado como um fator de vulnerabilidade para desenvolvimento de problemas de comportamento, além de influenciar as práticas educativas utilizadas pelos pais. Olson et al. (2000), por exemplo, encontraram que crianças percebidas como difíceis aos seis meses de vida apresentavam problemas externalizantes, segundo relato das mães e professoras, na idade escolar, e também aos 17 anos, segundo o relato materno. Além disso, as crianças resistentes ao controle materno obtiveram níveis mais elevados de agressividade e hiperatividade, em comparação àquelas que não apresentavam tais características de temperamento. A associação entre resistência ao controle e problemas externalizantes foi também um dos achados de Keiley et al. (2003). É possível que alguma questão metodológica, como ausência de um instrumento adequado à realidade brasileira e à faixa etária, esteja dificultando a investigação de tais relações (Alvarenga, 2004).

Além das características infantis, os estudos apontam para uma importante relação entre as práticas educativas empregadas pelos pais, em especial pelas mães, e os problemas externalizantes dos filhos. Esses achados estão de acordo com o modelo proposto por Patterson et al. (1992), segundo o qual as interações entre pais e filhos constituem um importante meio para desenvolvimento da conduta antissocial, que inicialmente corresponde aos problemas externalizantes. Em geral, as práticas educativas utilizadas pelos pais de crianças que apresentam problemas externalizantes possuem caráter coercitivo e envolvem xingamentos, repreensões e uso de punição física, como apontam os resultados de Leve et al. (2005) e de Keiley et al. (2003). Gryczkowski et al. (2009) analisaram as relações entre práticas educativas e problemas externalizantes, a partir da comparação entre os relatos de mães e pais, e encontraram uma correlação negativa entre práticas educativas positivas, como oferecer elogios e recompensas, e problemas externalizantes dos filhos, de acordo com o relato materno ( $p < 0,01$ ) e paterno ( $p < 0,01$ ), e uma relação positiva entre disciplina inconsistente e os problemas externalizantes dos filhos, também segundo as mães ( $p < 0,01$ ) e os pais ( $p < 0,01$ ) das crianças.

Sobre as relações positivas encontradas por Alvarenga e Piccinini (2007, 2009), entre as práticas educativas facilitadoras da interação entre pais e filhos e os comportamentos externalizantes e agressividade infantil, supõe-se que tais práticas estejam mantendo tal padrão por não serem contingentes aos comportamentos das crianças. Outra possibilidade é que o contexto mais amplo em que as práticas são utilizadas pelos pais possa desempenhar um papel importante. Nesse caso, considera-se a possibilidade de que os pais, embora empreguem práticas facilitadoras com frequência, possam fazê-lo inapropriadamente, como, por exemplo, insistir em comando assertivo quando a criança já se recusou, de forma igualmente assertiva, a obedecer ao comando. Nesse caso, para Crockenberg e Litman (1990), é possível que a criança possa reagir de modo agressivo ou desafiador diante da aparente insensibilidade dos pais frente à sua recusa. Por fim, alguns autores afirmam que o uso da orientação não associada a estratégias de controle assertivo (ex., comandos) também não seria eficaz na regulação da conduta infantil (Baumrind, 1971;

Crockenberg & Litman, 1990). Isso ocorre porque a criança, ao receber apenas ou predominantemente sugestões e explicações não acompanhadas por comandos mais diretos, não percebe nem atribui poder aos pais. Esses achados, em conjunto, indicam que as relações entre práticas facilitadoras e problemas externalizantes devem continuar a ser investigadas para que se esclareçam.

Em síntese, através desta revisão sistemática da literatura, foi possível delinear e caracterizar o campo de investigação sobre os problemas externalizantes e a agressividade em crianças, na literatura nacional, entre 2000 e 2010. Os estudos nacionais têm contribuído para a identificação dos principais preditores e mantenedores de tais comportamentos, que, em geral, são resultantes de uma interação entre fatores individuais e ambientais, dentre os quais se destacaram o sexo da criança e as práticas educativas parentais. Contudo, ainda é necessário um avanço nas pesquisas, tanto em relação à investigação de outros possíveis preditores, como, por exemplo, o temperamento infantil, quanto em relação aos informantes. Assim, os próximos trabalhos poderiam incluir como participantes pais e professores, além das mães, para que uma ampla gama de interações da criança fosse investigada. Também são fundamentais estudos que esclareçam o impacto e as interações da variável gênero com outros fatores relacionados aos problemas externalizantes, bem como pesquisas que avaliem aspectos como a prevalência desses problemas na população infantil brasileira, para uma maior compreensão desse padrão de comportamento e suas possíveis variações culturais.

Por fim, cabe destacar a importância de que os instrumentos utilizados para a avaliação dos problemas externalizantes sejam normatizados para a população brasileira. Nesse sentido, estudos que invistam na adaptação e validação desses instrumentos para as diferentes regiões do país serão muito bem-vindos. A partir da integração dos achados de estudos brasileiros, somados às evidências de estudos internacionais, programas de prevenção e intervenção poderão ser elaborados de forma a auxiliar famílias e crianças, principalmente aquelas consideradas de risco, buscando evitar desajustes e sofrimento e promover o pleno desenvolvimento infantil.

## Referências

Achenbach, T. M. (1966). The classification of children's psychiatric symptoms: a factor-analytic study. *Psychological Monographs: general and applied*, 80(7), 1-37.

Achenbach, T. M. (1991). *Manual for the Child Behavior Checklist/4-18 and 1991 profile*. Burlington, VT: University of Vermont.

Achenbach, T. M. (2001). *Manual for the Child Behavior Checklist/6-18 and 2001 profile*. Burlington: University of Vermont.

Achenbach, T. M., & Eldebrock, C. S. (1978). The classification of child psychopathology: a review and analysis of empirical efforts. *Psychological Bulletin*, 85(6), 1275-1301.

Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2000). *Manual for the ASEBA Preschool forms & Profiles*. Burlington: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families.

Alvarenga, P. (2004). Problemas de externalização e competência social na infância: o impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas. Tese de doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 147pp.

Alvarenga, P., & Piccinini, C. A. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão Crítica*, 14(3) 449-460.

Alvarenga, P., & Piccinini, C. A. (2003). Práticas educativas maternas e a interação entre mães e crianças com problemas de externalização. *Aletheia*, 17/18, 7-20.

Alvarenga, P., & Piccinini, C. A. (2007). O impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas nos problemas de externalização e na competência social da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 314-323.

Alvarenga, P., & Piccinini, C. A. (2009). Práticas educativas maternas e indicadores do desenvolvimento social no terceiro ano de vida. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 191-199.

Anselmi, L., Piccinini, C. A., Barros, F. C., & Lopes, R. S. (2004). Psychosocial determinants of behaviour problems in Brazilian preschool children. *Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines*, 45(4), 779-788.

Associação Americana de Psiquiatria (2002). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-IV-TR)*. Disponível em <http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>. Acesso em 21 de janeiro de 2012.

Batista, A. P., Fukahori, L., & Haydu, V. B. (2004). Filme com cenas de violência: efeito sobre o comportamento agressivo de crianças expresso no enredo de uma redação. *Interação em Psicologia*, 8(1), 89-102.

Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4, 1-103.

Boas, A. C. V., & Bolsoni-Silva, A. T. (2010). Habilidades sociais educativas de mães separadas e sua relação com o comportamento de pré-escolares. *Psico-USF*, 15(3), 301-310.

Bolsoni-Silva, A. T., Marturano, E. M., & Manfrinato, J. W. (2005). Mães avaliam comportamentos socialmente "desejados" e "indesejados" de pré-escolares. *Psicologia em estudo*, 10(2), 245-252.

Bolsoni-Silva, A. T., Silveira, F. F., & Ribeiro, D. C. (2008). Avaliação dos efeitos de uma intervenção com mães/cuidadoras: contribuições do treinamento em habilidades sociais. *Contextos Clínicos*, 1(1), 19-27.

Lins, T., Alvarenga, P., Paixão, C., Almeida, E., Costa, H.

Bongers, I. L., Koot, H. M., van der Ende, J., & Verhulst, F. C. (2003). The normative development of child and adolescent problem behavior. *Journal of Abnormal Psychology, 112*(2), 179-192.

Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2008). Concordância parental sobre problemas de comportamento infantil através do CBCL. *Paidéia, 18*, 317-330.

Breslow, R., Klinger, B., & Erickson, B. (1999). The disruptive behavior disorders in the psychiatric emergency service. *General Hospital Psychiatry, 21*, 214-219.

Cavalini, S. F. S., Telles, S. R. A., Aribi, N. V., Wanderley, K. S., & Cardoso, R. (2002). A procura de atendimento psicológico para crianças de 2 a 5 anos em clínica escolar. *Psikhê, 7*(2), 26-31.

Chen, X., Liu, M., Rubin, K., Li, D., Li, Z., Cen, G., & Li, B. (2003). Parental reports of externalizing and internalizing behaviors in Chinese children: relevancy to social, emotional and school adjustment. *Journal of Psychology in Chinese Societies, 3*, 233-260.

Cia, F., Pamplin, R. C., & Del Prette, Z. A. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia, 16*(35), 395-408.

Crepaldi, M. A., Andreani, G., Hammes, P. S., Ristof, C. D., & Abreu, S. R. (2006). A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. *Psicologia em Estudo, 11*(3) 579-587.

Crockenberg, S. B., & Litman, C. (1990). Autonomy as competence in 2-year-olds: maternal correlates of child defiance, compliance and self-assertion. *Developmental Psychology, 26*(6), 961-971.

Dessen, M. A., & Szelbracikowski, A. C. (2004). Crianças com problemas de comportamento exteriorizado e a dinâmica familiar. *Interação em Psicologia, 8*(2), 171-180.

Dessen, M. A., & Szelbracikowski, A. C. (2006). Estabilidades e mudanças em padrões familiares de crianças com problemas de comportamento exteriorizado. *Paidéia, 16*(33), 71-80.

Eley, T. C., Lichenstein, P., & Stevenson, J. (1999). Sex differences in the etiology of aggressive and nonaggressive antisocial behavior: results from two twin studies. *Child Development, 70*, 150-168.

Fernandes, L. F., Luiz, A. M., Miyazaki, M. C., & Marques Filho, A. B. (2009). Efeitos de um programa de orientação em grupo para cuidadores de crianças com transtornos psiquiátricos. *Estudos de Psicologia, 26*(2) 147-158.

Figueiredo, C. K. B., & Schermann, L. (2001). Interação mãe-criança e problemas de comportamento infantil em crianças com hipotireoidismo congênito. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 14*(3), 487-495.

Fleck, A. C., & Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico da família. *Psicologia em Estudo*, 8, 31-38.

Furniss, T., Beyer, T., & Guggenmos, J. (2006). Prevalence of behavioural and emotional problems among six-years-old preschool children: baseline results of a prospective longitudinal study. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 41(5), 394-399.

Gomide, P. I. (2000). A influência de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 127-141.

Gryczkowski, M. R., Jordan, S. S., & Mercer, S. H. (2009). Differential relations between mothers' and fathers' parenting practices and child externalizing behavior. *Journal of Child and Family Studies*, 19(5), 539-546.

Keiley, M., Lofthouse, N., Bates, J., Dodge, K., & Pettit, G. (2003). Differential risks of covarying and pure components in mother and teacher reports of externalizing and internalizing behavior across ages 5 to 14. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31(3), 267-283.

Lambert, E. W., Wahler, R. G., Andrade, A. R., & Bickman, L. (2001). Looking for the disorder in conduct disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, 110(1), 110-123.

Lambertucci M. R., & Carvalho, H. W. (2008). Avaliação da efetividade terapêutica de um programa de treinamento de pais em uma comunidade carente de Belo Horizonte. *Contextos Clínicos*, 2(1), 107-112.

Leme, V. B., & Bolsoni-Silva, A. T. (2010a). Habilidades sociais educativas parentais e comportamentos de pré-escolares. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 161-173.

Leme, V. B., & Bolsoni-Silva, A. T. (2010b). Habilidades sociais e problemas de comportamento: um estudo exploratório baseado no modelo construcional. *Aletheia*, 31, 149-167.

Leve, L. D., Kerr, D. C., Shaw, D., Ge, X., Neiderhiser, J. M., Scaramella, L. V., Reid, J., & Conger, R. (2010). Infant pathways to externalizing behavior: evidence of genotype x environment interaction. *Child development*, 81(1), 340-356.

Leve, L. D., Kim, H. K., & Pears, K. C. (2005). Childhood temperament and family environment as predictors of internalizing and externalizing trajectories from ages 5 to 17. *Journal of abnormal child psychology*, 33(5), 505-520.

Linhares, M. B., Chimello, J. T., Bordin, M. B., Carvalho, A. E., & Martinez, F. E. (2005). Desenvolvimento psicológico na fase escolar de crianças nascidas pré-termo em comparação com crianças nascidas a termo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 109-117.

Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P., & Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 345-362.



Lins, T., Alvarenga, P., Paixão, C., Almeida, E., Costa, H.

Liu J. (2004). Prenatal and perinatal complications as predispositions to externalizing behaviour. *Journal of Prenatal and Perinatal Psychology and Health*, 18, 301-311.

Maldonado, D. P., & Williams, L. C. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em Estudo*, 10(3) 353-362.

Marin, A. H., & Piccinini, C. A. (2007). Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 13-22.

Marturano, E. M., Toller, G. P., & Elias, L. C. S. (2005). Gênero, adversidade e problemas socioemocionais associados à queixa escolar. *Estudos de Psicologia*, 22(4), 371-380.

Moura, C. B., Marinho-Casanova, M. L., Meurer, P. H., & Campana, C. (2008). Caracterização da clientela pré-escolar de uma clínica-escola brasileira a partir do Child Behavior Checklist (CBCL). *Contextos Clínicos*, 1(1), 1-8.

Oliveira, E. A., Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravanello, T., & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 1-11.

Olson, S. L., Bates, J. E., Sandy, J. M., & Lanthier, R. (2000). Early developmental precursors of externalizing behavior in middle childhood and adolescence. *Journal of abnormal child psychology*, 28(2), 119-133.

Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55-61.

Patterson, G. R., Reid, J., & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. Eugene: Castalia Publishing Company.

Pavarino, M. G., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2005) Agressividade e empatia na infância: um estudo correlacional com pré-escolares. *Interação em Psicologia*, 9(2), 215-225.

Picado, J. R., & Rose, T. M. (2009). Acompanhamento de pré-escolares agressivos: adaptação na escola e relação professor-aluno. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(1), 132-145.

Ramos, A. H. A. S., & Furtado, E. F. (2007). Depressão puerperal e interação mãe-bebê: um estudo piloto. *Psicologia em Pesquisa*, 1(1), 20-28.

Rubin, K. H., Burgess, K. B., Dwyer, K. M., & Hastings, P. D. (2003). Predicting preschoolers' externalizing behaviors from toddler temperament, conflict, and maternal negativity. *Developmental Psychology*, 39(1), 164-176.

Samarakkody, D., Fernando, D., McClure, R., Perera, H., & De Silva, H. (2012). Prevalence of externalizing behavior problems in Sri Lankan preschool children: birth, childhood, and sociodemographic risk factors. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 47(5), 757-762.

Sanson, A., Letcher, P., Smart, D., & Prior, M. (2008). Associations between early childhood temperament clusters and later psychosocial adjustment. *Merrill-Palmer Quarterly*, 55(1), 26-54.

Sawyer, M. G., Arney, F. M., Baghurst, P. A., Clark, J. J., Graetz, B. W., Kosky, R. J., Nurcombe, B., Patton, G. C., Prior, M. R., Raphael, B., Rey, J. M., Whaites, L. C., & Zubrick S. R. (2001). The mental health of young people in Australia: key findings from the child and adolescent component of the national survey of mental health and well-being. *The Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 35(6), 806-814.

Shaw, D. S., & Winslow, E. B. (1997). Precursors and correlates of antisocial behavior from infancy to preschool. In D. M. Stoff, J. Breiling, & J. D. Maser (Orgs.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 148-152). Nova Iorque: John Wiley & Sons.

Sisto, F. F., & Fernandes, D. C. (2004). Dificuldades linguísticas na aquisição da escrita e agressividade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 8(1), 75-84.

Storvoll, E., & Wischstrom, L. (2002). Do the risk factors associated with conduct problems in adolescents vary according too gender? *Journal of Adolescence*, 25, 183-202.

Tremblay, R. (2000). The development of aggressive behaviour during childhood: what have we learned in the past century? *International Journal of Behavioural Development*, 24, 129-141.

van der Valk, J. C., van den Oord, E. J. C. G, Verhulst, F. C., & Boomsma, D. I. (2003). Genetic and environmental contributions to stability and change in children's internalizing and externalizing problems. *Journal of American Academy of Child and adolescent Psychiatry*, 42(10), 1212-1220.

Vieira, T. M., Mendes, F. D., & Guimarães, L. C. (2010). Aprendizagem social e comportamentos agressivo e lúdico de meninos pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 544-553.

Wangby, M., Bergman, L., & Magnusson, D. (1999). Development of adjustment problems in girls: what syndromes emerge? *Child Development*, 70, 678-699.

Submetido em: 28/05/2012

Revisto em: 02/09/2012

Aceito em: 10/09/2012

*Lins, T, Alvarenga, P., Paixão, C., Almeida, E., Costa, H.*

### **Endereços para correspondência**

Taiane Lins  
lins.taiane@gmail.com

Patrícia Alvarenga  
palvarenga66@gmail.com

Catiele Paixão  
binhakatty@hotmail.com

Eliana Almeida  
nana\_elly17@hotmail.com

Heloneida Costa  
helouniversal@hotmail.com

<sup>I</sup> Mestranda. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador. Bahia. Brasil.

<sup>II</sup> Docente. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador. Bahia. Brasil.

<sup>III</sup> Graduanda. Curso de Psicologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador. Bahia. Brasil.

<sup>IV</sup> Graduanda. Curso de Psicologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador. Bahia. Brasil.

<sup>V</sup> Graduanda. Curso de Psicologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador. Bahia. Brasil.